

Os argentinos em Foz do Iguaçu-PR: Sociabilidades no contexto da exploração da madeira e da erva-mate no espaço de fronteira. (1889-1930)

Edson Matias Militelli*¹

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a presença de argentinos na região de fronteira no espaço ocupado atualmente pelo município de Foz do Iguaçu, no Oeste Paranaense e sua relação econômica e social entre 1889 e 1930, período áureo da exploração da erva-mate e da madeira durante e pós a constituição da Colônia Militar.

Palavras-chave: Argentinos; Sociabilidades; Fronteira.

Introdução

A pré-formação do espaço do município de Foz do Iguaçu, localizado em uma região de fronteira entre a Argentina e o Paraguai conhecida geopoliticamente pela “tríplice fronteira” está ligada a duas situações muito peculiares: A primeira, ao estabelecimento da Colônia Militar no Oeste do Paraná, em 1888, que abrangeu desde esta localidade até aproximadamente o espaço de Guaíra, ao noroeste do Estado (COLODEL, 1988, p.37-50) com o objetivo de guardar as fronteiras brasileiras em um período em que os limites nacionais, todavia, não estavam totalmente definidos por conta da Guerra do Paraguai e a Questão de Palmas² junto à Argentina. A outra justificativa, atribuída a esta última, refere-se à presença de sujeitos de origem

¹ Professor de História. Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR. Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: edsonmilitelli@yahoo.com.br.

² Litígio territorial entre Brasil e Argentina ocorrida por volta de 1890 e 1895. A Argentina reivindicava parte do território das atuais regiões do oeste do Paraná e de Santa Catarina. O conflito diplomático foi resolvido sob o arbítrio de Grover Cleveland, então presidente norte-americano que concedeu a região disputada ao Brasil, reivindicada pelo Barão de Rio Branco, na ocasião advogado e diplomata do Brasil a partir de 1893. Rio Branco apresentou ao presidente uma documentação composta por seis volumes: A questão de limites do Brasil e da República Argentina (1894). (ARAÚJO FILHO, 2009, p.10-30.).

argentina, vindos desde Posadas e Corrientes (MISKYW, 2009, p.17.) atraídos pelos amplos recursos naturais encontrados nesta espacialidade como foram o caso da madeira e da erva-mate nativas, onde as quais, empresas de exploração platinas de recursos naturais (extrativistas) denominadas *obrages* e a utilização de *mensus* para o trabalho agrícola. Segundo Wachowicz (2002) “A obrage foi um tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e na Argentina.” (WACHOWICZ, 2002, p.233.). De acordo com José Augusto Colodel (1988) *Mensu* era a

“Designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obrage. O termo equivale-se ao peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: mensual, ou seja, mensalista.” (COLODEL, 1988, p.53.).

No final do século XIX até a primeira década do século XX, as empresas obrageras argentinas, vindas das províncias de Corrientes e Misiones, realizaram acordos com estes militares da Colônia, pois estes últimos, “na carência de recursos devido ao distanciamento com o governo central da época, não apenas cederam o espaço para a exploração como realizaram acordos com estes sujeitos” (MYSKIW, 2009, p.17.) posto que estes oficiais não possuíam maior comunicabilidade com o restante do país, sendo muito mais fácil e prático, a ligação com o país vizinho.

A outra questão presente pode ser caracterizada pelos vínculos sociais estabelecidos a partir do contato, primeiramente dado pela exploração dos recursos naturais e pelo comércio estabelecido com a Colônia Militar. A dependência econômica de Foz do Iguaçu estendeu-se nas décadas que se seguiram, onde, a partir dela, estabelecem-se vínculos sociais maiores com os brasileiros deste espaço, que vão desde o uso de uma moeda única (o peso argentino) até mesmo o idioma espanhol, falado no cotidiano, pois, o português era utilizado apenas nos órgãos públicos nas relações burocráticas (SILVEIRA NETTO, 1995, p.45.), estas relações ou dependências despertam sentimentos contraditórios, que levam os sujeitos da fronteira a possuir uma espécie de gratidão dependente em relação a estes platinos vindos por pelas embarcações argentinas (vapores) que não apenas levaram e traziam sujeitos, mas que também transportavam brasileiros até a Argentina, onde poderia desfrutar-se de momentos únicos. (SCHIMMELPFENG, 1991, p.62.).

O estabelecimento da Colônia Militar em Foz do Iguaçu e suas dificuldades – Pressupostos históricos

A formação do espaço de Foz do Iguaçu esteve ligada diretamente à implantação da Colônia Militar³. Em um período anterior a 1889, antes mesmo do recém-criado governo republicano, o império brasileiro estabelece um projeto de demarcação e controle das fronteiras do Império, com o intuito de defender os limites de possíveis invasores estrangeiros. A intenção deste governo imperial em parceria com o Ministério da Guerra é o de fixar bandeiras, em virtude das experiências vivenciadas anteriormente na Guerra do Paraguai e com a Questão de Palmas junto à Argentina entre 1890 e 1895. Desta maneira, assinala Colodel (1988):

“Após o término da Guerra do Paraguai (1865-1870) surgiu entre segmentos da oficialidade que compunham o Ministério da Guerra uma forte pressão no sentido da instalação de uma Colônia Militar naquelas paragens, localizadas mais a Oeste do território do Império. Alegavam esses militares, apoiados por grupos civis, que a região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais.” (COLODEL, 1988, p.37.)

Assim, teve início o estabelecimento da Colônia Militar, de modo que conforme já colocado, com a intenção de reforçar o nacionalismo de Estado através dos limites geográficos na tentativa de coibir a passagem de “estrangeiros” para as raias brasileiras, mais especificamente, no caso do extremo Oeste Paranaense. Desta forma, envia-se assim uma comissão para que um destacamento militar fosse incorporado à região. Segundo Valdir Gregory (2012):

“As narrativas têm como pano de fundo a necessidade da construção da nacionalidade brasileira. Iniciativas neste sentido e a concretização de um posto militar avançado eram justificativas pelo ambiente gerado após os conflitos da Tríplice Aliança contra o Paraguai na segunda metade do século XIX. Os sucessos na guerra motivaram a presença física e ideológica na tríplice fronteira”. (GREGORY, 2012, p.50.)

³ A Colônia militar se estabeleceu no ano de 1888 na tentativa de demarcar territórios. É importante ressaltar que a mesma tentou cumprir o papel de “nacionalizar” fronteiras, o que com a região Oeste não foi diferente, principalmente no que diz respeito aos conflitos vivenciados junto ao Paraguai na guerra da Tríplice Aliança e, ademais, juntamente à Argentina, pelo fato da mesma dominar economicamente a bacia fluvial do Paraná, através da exploração madeireira e ervateira. (Grifo meu).

Entretanto, muitas foram as privações enfrentadas pelos militares. A falta de estrutura, comunicação e acessibilidade, obrigaram estes militares a criarem novas condições de sobrevivência, entre elas, negociações com colonos que viviam na região, criando-se uma oportunidade de comercialização de erva-mate e madeira com o mercado argentino, estabelecidos em empresas vindas do país vizinho através do Rio Paraná, chegaram à fronteira com Foz do Iguaçu em embarcações que na época eram definidas como vapores. Os militares em questão foram desarticulando-se pouco a pouco da proposta inicial de salvaguardar as fronteiras, além de explorar estes colonos através da documentação e demarcação de territórios, conforme assinala Myskiw (2009):

“Os diretores da Colônia militar contribuíram ainda mais para o acirramento dos conflitos agrários na medida em que deixaram de realizar a demarcação dos terrenos concedidos aos colonos e de não expedir os documentos provisórios e definitivos das terras aos colonos”. (MYSKIYW, 2009, p.17)

Com isso, problemas com a terra foram uma constante. Os conflitos foram intensificados por problemas agravados com a documentação e legalização de terras, sustentado pela Lei de Terras de 1850⁴, configurou-se o que seria o início do povoamento do que mais tarde seria a localidade de Foz do Iguaçu, atrelada à exploração dos recursos naturais incipientes, posto que os colonos nesta questão são os expropriados da terra e é este o sujeito que se destaca diante da situação de opressão enfrentada pelos então comandantes da Colônia. No que compete a Lei de Terras, as relações de trabalho, além do poder e força, estavam ligadas a uma política de exploração e sujeição empreendidas por estes militares.

Pelo viés econômico, o contato com exploradores e comerciantes vindos de Posadas e Corrientes alteraram também as relações entre os colonos e sua relação com o trabalho na terra, onde os mesmos passam a optar pelo extrativismo da madeira e da erva-mate, entregando-lhes a estes negociantes argentinos, abandonando suas roças a própria sorte. Dito isto, de acordo com Myskiw (2009):

“negociantes de Posadas e Corrientes passaram a interferir direta e indiretamente no projeto colonial, a ponto dos colonos enxergarem no

⁴ Regime fundiário que substituiu a divisão territorial por sesmarias no Brasil. O que se percebe é que mesmo durante o período republicano (no período da erva-mate e da madeira) os conflitos de terra ainda possuem reminiscências arcaicas e monárquicas que retomam através das práticas e dos discursos, a divisão sesmarial. (Grifo meu).

mercado ervateiro e madeireiro uma oportunidade maior de renda, culminando no abandono do trabalho agrícola e pastoril para sobreviver da extração de erva-mate e madeira.” (Op.Cit.p.17)

Assim, o trabalho de guardar as fronteiras por parte destes militares brasileiros foi nula e não se desenvolveu efetivamente pelas seguintes hipóteses: Primeira: A distância do governo central com a região pode não ter desenvolvido este desejo de unidade e também pela precariedade de informações. Segunda: O objetivo estabelecido pelos militares da Colônia Militar estava mais encadeado com a demarcação e definição de fronteiras, e sequer com uma identificação nacionalista, pois tal sentimento circundava apenas entre a ala militar daquele período cuja participação popular era nula, pois que não existia. Terceira: O relacionamento comercial entre os militares com os estrangeiros (inclusive os argentinos) pode ter desenvolvido uma socialização única na região, pautada no comércio da erva-mate e na extração madeireira por meio da exploração dos colonos que trabalharam na região. Sobre este aspecto, salienta Myskiw (2009):

“Centenas de pessoas de diferentes nacionalidades habitavam e exploravam as matas e rios. Na tentativa de limitar e controlar a ação exploratória naquela porção do território brasileiro, os militares resolveram matricular como colonos muitos dos antigos habitantes brasileiros e estrangeiros.” (MYSKIW, 2009, p.26)

Esta sociabilidade designa além da exploração, a falta de preocupação ou talvez, o menor interesse por parte destes militares, em nacionalizar a fronteira, já que o seu distanciamento em relação ao centro do poder governamental deu-se de maneira muito clara. Além disso, tal clareza dá-se também através da exploração do trabalho destes colonos, desarticulados de qualquer noção nacional, pois, o que buscavam de maneira geral fora a luta pela sobrevivência, ao passo que podem também ter estabelecido sentimentos contraditórios, ou seja, uma espécie de gratidão e cordialidade ou até mesmo de aversão em relação aos que ocuparam o destacamento avançado da margem brasileira e os obrageros argentinos que não apenas exploravam os recursos naturais com o aval destes militares, como a força produtiva destes trabalhadores precarizados, estendendo-se à primeira década do século XX, nos primórdios do que seriam as primeiras relações de sociabilidade da região, algumas décadas após a instalação da Colônia Militar.

Para fundamentar esta hipótese, serão acrescentadas as memórias de Otilia Schimmelpfeng (1991) pioneira e ligada a uma elite família da localidade de Foz do

Iguaçu e que traz elementos relevantes no tocante às sociabilidades entre brasileiros e argentinos na fronteira após a crise da madeira “a partir de 1930 quando do projeto “Marcha para Oeste” e da ocupação de brasileiros com o intuito de favorecer a povoação de sujeitos vindos especialmente do Rio Grande do Sul” (GREGORY, 2002, p.89.) a fim de fornecer características nacionais à região marcada pela presença estrangeira através de ações governamentais assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador. (Op.Cit, p.65.).

A crise da madeira e da erva-mate e o desenvolvimento de novas sociabilidades na fronteira

As relações conflituosas juntos aos argentinos e do mesmo modo dos militares na fronteira, também podem ser visualizadas através das memórias de Otília Schimmelpfeng⁵ (1991) que retrata em suas “lembranças” cenários do período em que procede à Colônia Militar onde se desenvolveu as primeiras embarcações em larga escala por via fluvial (barcos que atravessavam pessoas até a Argentina pelos Rios Paraná e Iguaçu)⁶ onde demonstram-se contradições, ora de críticas em relação ao “imperialismo” madeireiro e ervateiro, ora de admiração pelo fato dos mesmos terem trazido desenvolvimento à região “após o desmembramento da Colônia militar de Foz do Iguaçu, passando por muitas dificuldades, o crescimento do espaço de Foz do Iguaçu, terminou por culminar no lento crescimento urbano e rural” (COLODEL, 1988, p.37-50.), ou seja, não houve o que se pode chamar de “franco desenvolvimento” já que com a crise do comércio madeireiro e da erva-mate resumia-se propriamente a uma política de exploração predatória, favoreceu-se novas formas de sociabilidades no comércio e que foram importantes para o início do desenvolvimento de novas relações econômicas no espaço.

⁵ Otília Schimmelpfeng era filha do militar e primeiro prefeito de Foz do Iguaçu Jorge Schimmelpfeng. Uma das avenidas principais da cidade leva o seu nome. (Grifo meu)

⁶ Rios limítrofes entre Brasil e Argentina. (Grifo meu).

Através de Schimmelpfeng (1991) duas passagens são pertinentes no sentido de compreender como a mesma tece em seu imaginário, duas situações distintas: A primeira demonstra um sentimento de submissão e encarceramento por depender do mercado argentino, o que evidencia profundo descontentamento, pois que a mesma não quer perder sua “identidade” enquanto brasileira. E a segunda referência, mesmo que a autora tenha colocado a imposição do comércio platino, concorda que a navegação do país vizinho foi importante para que houvesse abastecimento para aqueles (inclusive a mesma) que habitavam a região da então Foz do Iguaçu, pois, sem isso, não poderiam sobreviver:

“Conservando sua dignidade nacional, Foz do Iguaçu viveu sob a dependência do mercado argentino [...] apagaram-se as raias da fronteira numa mistura de língua, usos e costumes, criando um ambiente tão diverso de nação brasileira que até o “mil réis” se converteu em “peso”, nas operações comerciais.” (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 60.)

“Assim veio a Argentina assenhorear-se da navegação do trecho Posadas-Pôrto Mendes trazendo, sem dúvida, benefícios à região, pois oferecia o meio de acesso às povoações que se iam formando.” (Op.Cit, p. 60.)

Otília Schimmelpfeng não deixa claro em sua obra o período em questão, todavia, ao mencionar as moedas em circulação da época. Acredita-se que pode ter sido por volta da década de 1930 e 1940, já que “o cruzeiro foi implantado pelo governo Vargas em 1942” (TRIGUEIROS, 1987, p.215-224). Também se percebem nas palavras da autora, certa gratidão “dependente” onde sua manifestação pode dar uma ideia de como foi decisiva para a construção do mito do argentino na fronteira, onde em algum momento a fronteira é apagada. Isto fica claro, quando Otília Schimmelpfeng menciona a mescla de língua e a unidade econômica, quando os “mil réis se converteu em peso”. Ao tratar do aspecto das lembranças, de acordo com Michael Pollak (1989) o mesmo trata que “uma memória também ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforçam os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p.03-15), ou seja, as experiências vivenciadas e recordadas por Otília Schimmelpfeng, por exemplo, mostra o que de fato foram os sentimentos de pertencimento dado às suas recordações, quando posicionadas em relação aos comentários direcionados aos argentinos e os momentos em que se fazem comentários em relação ao comércio e sua identidade, por exemplo, pois, suas afirmações demonstram resistência.

Atualmente, a relação comercial do iguaçuense possui com o argentino fronteiriço, no espaço de Puerto Iguazú, baseia-se no turismo de lazer e no circuito gastronômico (CURY, 2010, p.149.), porém, o vínculo antecede um período anterior. De modo a dar sustentação a esta hipótese no texto de Schimmelpfeng (1991) também podem ser encontradas através de suas memórias, lembranças de passeios a bordo dos vapores que entre-cruzavam os rios Paraná e Iguaçu, e de como era bom passar o dia nas embarcações, além da busca por padrões culturais estrangeiros (baseados nos costumes argentinos) por parte dos moradores de Foz do Iguaçu daquele contexto. Nas palavras de Schimmelpfeng (1991),

“As senhoras e senhoritas gostavam de comprar revistas argentinas de farta matéria! [...] pela manhã era apreciado o “desayuno” servido a bordo; um bife à cavalo acompanhado de batatinha frita e aquele copo de vinho.” (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 62).

“Na capital argentina a estada se prolongava, com feição turísticas... A brasileira, que sabia ser “raffinée” tinha de fazer as compras da temporada, para uma apresentação condigna no meio social de sua terra.” (Op.Cit, p. 65).

De maneira geral, busca-se compreender a tentativa de se forjar padrões sociais, pois, o fato das moradoras do espaço de Foz do Iguaçu terem acesso a revistas argentinas, pode evidenciar que as mesmas liam, compreendiam, e, até mesmo, falavam o espanhol, uma vez que a cidade de Foz do Iguaçu estendia seu olhar para a foz de seus rios e não para o Estado, dada às precariedades enfrentadas no período como a de estradas que ligavam a região oeste com as demais localidades, dificultando a incomunicabilidade e a acessibilidade, o que fez com que os moradores se moverem para o mercado platino na tentativa subjetiva de fixar e criar tais padrões.

Além disso, também não se descarta a ideia do descontentamento em relação à dependência ao mercado estrangeiro, motivado por um sentimento dúbio, de aversão. Desta maneira, de acordo com as análises destes relatos, pode-se observar que as atividades econômicas executadas no início da colonização da destacada fronteira, foram fundamentais na caracterização de um novo cenário na região. O que se observa a partir disso, e no decorrer das décadas seguintes, será de fato um espaço com extrema conexão com o mercado platino, ao ponto de mesma desenvolver sociabilidades próprias, muito marcadas nas relações cotidianas propiciadas inicialmente pelo mercado ervateiro e madeireiro, por intermédio das relações entre brasileiros e argentinos deste

contexto e que acabam por impregnar nestes sujeitos transeuntes uma ligação social singular.

Considerações finais

Mediante as análises realizadas, o objetivo deste texto é o de compreender que as sociabilidades na fronteira foram construídas a partir da relação entre os comerciantes argentinos e os moradores de Foz do Iguaçu por meio do mercantilismo ao longo das primeiras décadas da ocupação do referido espaço junto à exploração madeireira e ervateira. Esta justificativa baseia-se nos princípios da presença militar, com a necessidade destes sujeitos em realizar trocas comerciais pela inexistência de uma política de apoio por parte do governo central em atender a demanda da Colônia Militar na ocasião em que a mesma instalou-se, já que os seus ocupantes não possuíam uma maior comunicação com o Estado devida a precariedade das estradas que ligavam a outras regiões, como por exemplo, a cidade de Guarapuava, núcleo urbano mais próximo do extremo Oeste Paranaense, onde apenas “havia picadas que interligavam a região de Foz do Iguaçu até a esta localidade” (MYSKIW, 2009, p.26.) perpetuando-se nos anos que se seguiram.

As sociabilidades na fronteira ocorreram através do comércio erva-mate e da madeira por meio de relações conflitantes e de submissão. A opressão pode ser considerada a partir do momento em que houve a existência de trabalhadores através de contratos irregulares e condições insalubres de trabalho, neste caso, os *mensus* e o trabalho nas empresas *obrageras* nesta localização, o que poder ter contribuído para a configuração das primeiras identidades na fronteira no extremo oeste do Paraná.

As sociabilidades construídas entre os sujeitos na fronteira no período pós a Colônia Militar, foram responsáveis pela ideia de dubiedade em relação à dependência do mercado argentino, pois, o conflito de sentimentos, ora de agradecimento, ora de frustração são muito presentes, por exemplo, nos discursos de Otília Schimmelpfeng. O cotidiano fronteiriço pode ser capaz de trazer estes elementos, “no sentido de observar melhor como as sociedades se formam se desorganizam e se reproduzem” (MARTINS,

2009, p.10.) indo além do conceito geográfico baseado apenas no limite, separada através do Rio Iguaçu, no que é evidenciado, por exemplo, quando Otilia Schimmelpfeng relembra a embarcação e imagina a cena do *desayuno* (café da manhã em espanhol) servido a bordo. Nesta memória, está presente o prazer em desfrutar de um momento único, onde a sensação de distanciamento entre argentinos e brasileiros por um momento é apagada.

Sobre as disputas, no que compete aos conflitos entre brasileiros e argentinos neste espaço durante as primeiras décadas do século XX, podem ser compreendidas como “o lugar da alteridade” (MARTINS, 2009, p.133) estabelecendo-se uma correlação de forças, onde cada sujeito forja-se mutuamente a partir do outro, pois que a fronteira é “o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente disputados de diferentes grupos humanos” (Op.Cit., p.10), assim, a constatação do lamento de Otilia Schimmelpfeng ao referir-se às embarcações argentinas através da sua expressão ao se referir às embarcações estrangeiras como “assenhorear-se da navegação”.

Desta maneira, cria-se um cenário único, onde se tece uma série de diálogos na fronteira, no qual estes iguaçuenses, pela precariedade na comunicação com o governo central mantiveram um maior contato com o mercado e os hábitos argentinos, de modo a manter sua permanência e sobrevivência, a exemplo do idioma. Esta dependência pôde criar elementos singulares no cotidiano social destes sujeitos, a exemplo de Otilia Schimmelpfeng sobre as relações econômicas, pois, o peso converte-se em moeda única, o que pode ter assumido a referência comercial por algum tempo, e, a partir dela, uma noção de homogeneidade. Através das sociabilidades estabelecidas no passado são lançadas as bases para o que atualmente se conhece como o turismo, no qual se conjecturam os passeios e a gastronomia, tendo-se as regiões fluviais dos rios Iguaçu e Paraná como corredores destas culturas dos sujeitos transeuntes.

Na menção às experiências em que ocasionaram a exploração do trabalho, as arbitrariedades e as violências cometidas, podem ter sido decisivas para a construção de elementos sociabilizantes a partir das relações entre sujeitos, seja por aproximações ou conflitos, pois que se condensaram na teia de relações na fronteira nas várias características mescladas de sentimentos diversos, sejam eles de amizade ou inimizade, felicidade ou tristeza, gratidão ou indignação.

Espera-se que o simples texto aqui apresentado, sobre o estudo do espaço da fronteira Brasil e Argentina no Oeste Paranaense possa de alguma maneira contribuir no sentido de compreender humanamente as relações entre estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, José Tadeu Campos. **Uma análise Geopolítica da Questão de Palmas**. Palmas: Kayngangue, 2009.

COLODEL, José A. **Obrages e Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura municipal, 1988.

CURY, Mauro J.F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e Interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira: Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Curitiba: UFPR, 2010. (Tese de Doutorado).

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GREGORY, Valdir. **Obrages nos sertões do Paraná: Exploração, Trabalho e Fronteiras**. In: Revista Ideação. V.14. Nº 01. Foz do Iguaçu: Unioeste, 2012, p. 43-65.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: A colônias militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.02. N. 03. P. 3-15.

SCHIMMELPFENG, Otília. **Retrospectos iguaçuenses: Narrativas históricas de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. **Do Guairá aos Saltos do Iguaçu**. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. A Reforma bancária. In: **Dinheiro no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987. p. 215-224.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.